

Descrição e análise do uso de orações gerundivas^I nos comandos dos itens do ENEM e sua relação com os aspectos avaliativos da prova: desafios na elaboração de itens avaliativos

ANA PAULA ANTUNES ROCHA^{II}

BRUNO ASSIS FREIRE LIMA^{III}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i38.3174>

Resumo

Itens de provas são elaborados segundo critérios de diversas naturezas. Conciliar esses critérios é um desafio, sobretudo em uma prova com a abrangência do Enem. Neste texto, descreve-se e analisa-se um tipo de oração muito comum nos comandos de itens: as orações gerundivas, como “Considerando X, faça Y”. Para tanto, foi constituído o *corpus* com provas do Enem, realizadas de 2010 a 2019, das quais foram extraídas as ocorrências de orações gerundivas. A partir desse levantamento, verificou-se se os comandos assim formulados estão adequados às normas do português padrão prescritas pelas gramáticas tradicionais. Nos casos em que se encontram desvios, se discute se uma simples revisão gramatical resolveria o problema, já que, na elaboração de itens, correção gramatical é um critério técnico indissociável.

Palavras-chave: ENEM. Linguagens especializadas. Orações gerundivas.

Submetido em: 12/10/2020

Aprovado em: 02/03/2021

^I Por “orações gerundivas”, entendam-se as orações chamadas, pela gramática tradicional, de subordinadas reduzidas de gerúndio.

^{II} Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-4775-4710>; e-mail: rocha_ana@id.uff.br.

^{III} Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-7526-1921>; e-mail: bruno.lima@ifmg.edu.br.

Description and analysis of the usage of gerund clauses in ENEM question instructions and its relation with the evaluation aspects of the exam: challenges in creating the exam

Abstract

Exam items are conceived according to several different criteria. Conciliating such a variety of criteria is challenging, especially for an exam as widespread as ENEM. In this paper, a very common type of clause, which is mostly found in the instructions of exam items, is described and analyzed following technical linguistic criteria: gerund clauses, as in "Considering X, do Y". From a corpus build up by ENEM exams from 2010 to 2019, we assess how these types of instructions are conceived according to standard Portuguese rules prescribed by the traditional grammar. In cases in which the standard rule is not applied, we then discussed whether a simple grammar review would sort out the problem, since, when conceiving an exam question, accurate grammar is crucial, according to technical-evaluating criteria for communication efficiency.

Keywords: ENEM. Specialized Language. Gerund clauses.

Descripción y análisis del uso de oraciones gerundivas en los comandos de los ítems de ENEM y su relación con los aspectos evaluativos de la prueba: desafíos en la elaboración de ítems evaluativos

Resumen

Los elementos de prueba se preparan de acuerdo con criterios de diferente naturaleza. Conciliar estos criterios es un desafío, especialmente en una prueba con el alcance de ENEM. En este texto, se describe y analiza un tipo de oración muy común en los comandos de ítems: oraciones gerundivas, como "Considerando X, haz Y". Para ello, se creó el corpus con pruebas ENEM, realizadas de 2010 a 2019, de las cuales se extrajeron las ocurrencias de oraciones gerundivas. A partir de esta encuesta, se verificó si los comandos así formulados son adecuados a las normas del portugués estándar prescrito por las gramáticas tradicionales. En los casos en que se encuentran desviaciones, se discute si una simple revisión gramatical resolvería el problema, ya que, en la elaboración de los ítems, la corrección gramatical es un criterio técnico inseparable.

Palabras clave: ENEM. Idiomas especializados. Oraciones gerundivas.

1 Introdução

Os enunciados dos itens⁴ das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mais especificamente na parte referente ao comando dos itens, chamam a atenção por dois motivos: (i) ao contrário do que se espera, alguns se encontram redigidos em desacordo com as normas prescritas pela gramática tradicional⁵ (doravante GT) no que diz respeito à formulação de períodos sintáticos compostos por orações reduzidas de gerúndio; (ii) ao longo do período de tempo que vai de 2010 a 2019, há diferenças notáveis no uso dessas orações do ponto de vista quantitativo: em 2010, por exemplo, elas ocorrem 17 vezes, enquanto, em 2017, apenas duas vezes, embora a quantidade total de itens seja a mesma ao longo de todo o intervalo analisado, ou seja, 180 itens em cada edição. O Gráfico 1 sintetiza, em quantidades absolutas, as ocorrências observadas no período.

Gráfico 1 - Gerundivas no Enem em quantidades absolutas



Fonte: Os autores (2020).

⁴ Amplamente compreendidos como "questões de prova".

⁵ Neste artigo, considera-se que gramática tradicional e gramática normativa têm a mesma referência. De acordo com Vieira (2018, p. 20), a gramática tradicional consiste em "um conjunto fechado de princípios, regras e leis que, como tal, foram sendo transmitidos intactos de uma geração a outra e obedecidos de forma acrítica". O campo doutrinário seria, portanto, o espaço das supostas verdades incontestáveis sobre a língua, do ensino de uma terminologia e de conceitos imutáveis, da propagação de uma ideologia linguística baseada em noções arbitrárias de "certo" e "errado". Quando se usa "gramática tradicional", no singular, está-se, obviamente, se referindo a um conjunto vasto de gramáticas de autores variados.

Apenas para se ilustrar, desde já, o tipo de estruturação linguística aqui tratado, veja-se este exemplo da edição Exame Nacional do Ensino Médio (2014, p. 31, grifo nosso) “Considerando os três aspectos, qual é a melhor amostra de lente fotocromática para se utilizar em óculos?”. A oração sublinhada, uma gerundiva, deve ser usada segundo os modelos propostos pela GT, mas os dados retirados das provas demonstram que nem sempre isso ocorre. É necessário investigar de que maneira a elaboração dos itens contempla os modelos prescritivos e como é possível segui-los sem comprometer os aspectos avaliativos inerentes à prova. Note-se que a oração sublinhada contém um verbo no gerúndio. Há regras gramaticais alicerçando esse tipo de oração, as quais deveriam ser respeitadas em textos mais formais, como os itens. As avaliações externas, como é o caso do Enem, estão situadas em um contexto formal, também mediado por aspectos linguísticos.

Conforme argumentam Osterlind (2004), Anderson e Morgan (2008) e Lima (2018), é preciso considerar que a elaboração desses itens requer profissionais que detenham conhecimentos de, pelo menos, três naturezas: o **técnico-avaliativo**, relacionado à estrutura formal dos itens (textos usados como suporte, alternativas e padrões de resposta, paralelismos, entre outros); o **técnico-temático**, relacionado às diferentes áreas de conhecimento escolar, ou seja, os conteúdos avaliados; e o **técnico-linguístico**, relacionado às padronizações linguísticas, muitas vezes mediadas pela norma padrão, um conceito que será explanado mais adiante neste texto.

Especialistas que transitam com facilidade entre esses níveis de especialização são bastante raros, o que geralmente exige que a produção de itens para avaliações de larga escala seja feita por equipes multidisciplinares, para garantir a máxima precisão técnica possível (HALADYNA, 2004; OSTERLIND, 2004; PASQUALI, 2013). É o que costuma ocorrer com os itens do Enem, que pertencem ao Banco Nacional de Itens⁶ (BNI), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

⁶ O BNI compreende um conjunto de itens cujo objetivo é fornecer insumos para as diversas avaliações desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, assegurando itens de qualidade, resultado de processos de elaboração e revisão. O BNI não é um produto acabado, mas está em constante atualização, sendo alimentado com frequência com novos itens.

Anísio Teixeira⁷ (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pela realização de avaliações em larga escala, como o Enem.

Como este artigo é conduzido a partir de uma motivação gramatical, os itens em pauta serão analisados segundo os critérios técnico-linguísticos pertinentes. Para contextualizar a análise, observam-se também os aspectos técnico-avaliativos essenciais à elaboração dos itens. Assim, para organizar essas discussões, este artigo foi dividido em três seções, além da seção 1, correspondente à introdução. Na seção 2, além de uma abordagem histórica, o item é tratado segundo a perspectiva de gênero do discurso especializado, conforme Finatto e Zílio (2015) e Lima (2018). A seção 3 foi destinada a discussões sobre os aspectos sintáticos e textuais relacionados às orações gerundivas, incluindo os efeitos de clareza e ambiguidade no viés avaliativo prova. Foram consideradas as obras de Cunha e Cintra (1985), Rocha Lima (1994) e Bechara (1999). Já a seção 4 destina-se à análise dos comandos quanto ao uso das gerundivas. Na sequência, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2 Item: gênero do discurso especializado

No contexto⁸ das avaliações escolares, os termos “item” e “questão” têm sido tomados como sinônimos. No entanto, alguns autores, como Osterlind (2004) e Fein (2012) apresentam argumentos para diferenciá-los. Em síntese, os autores sustentam que a questão é necessariamente uma pergunta em formato de interrogativa direta, ao passo que o item pode ter esse formato, mas essa não é uma característica obrigatória de sua composição. Mesmo nas avaliações em larga escala, é comum encontrarmos a nomenclatura “questão de prova”, que tem sido bastante aceita por estudantes e demais membros do corpo escolar, ficando o termo “item” mais restrito às práticas estritamente técnicas, normalmente promovidas por institutos de pesquisas educacionais e avaliativas.

⁷ O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. Seu propósito é subsidiar a formulação de políticas educacionais em diferentes níveis, para contribuir com o desenvolvimento social e econômico no Brasil.

⁸ O contexto é entendido aqui como “conjunto das condições sociais que podem ser levadas em consideração para estudar as relações que existem entre o comportamento social e o comportamento linguístico” (DUBOIS; GIACOMO; GUESPIN; MARCELLESI; MARCELLESI; MEVEL, 1978, p. 149).

Criado na segunda metade do século XIX, conforme constata a história da Psicometria (PASQUALI, 2013; URBINA, 2015), o item vem sendo utilizado como instrumento de avaliação em diferentes áreas do conhecimento, entre elas a educação. Ao contrário do que se pode supor inicialmente, o item não é resultado das práticas educativas, mas é criado no escopo da Psicometria⁹. Ele se integra ao contexto escolar e educacional, assim como se integra a contextos de seleção, de avaliação psicológica, de avaliação física, entre outras aplicações. Desde sua criação até os dias de hoje, o item passou por variações estruturais, relacionadas às áreas em que são aplicados, e mesmo relacionadas às concepções teóricas dessas áreas. Mesmo havendo variações, o item possui características formais que têm resistido ao tempo. Essas características fazem do item um instrumento de avaliação padronizado.

Lima (2018) o define como "gênero do discurso especializado", conceito desenvolvido por Finatto e Zílio (2015) para designar os gêneros textuais que surgem no seio de uma comunidade especializada¹⁰, com o objetivo de atender a demandas comunicativas das especialidades. Em outras palavras, os gêneros textuais cuja origem está atrelada a um conhecimento especializado (como técnicas, ciências e ocupações profissionais) serão especializados. É o caso dos artigos acadêmicos, das bulas de remédio e dos itens avaliativos. Assim, no contexto da avaliação da aprendizagem escolar, o item corresponde a um gênero do discurso de especialidade, constituído por princípios técnicos (o que inclui princípios linguísticos).

Apesar de ter sofrido variações, o princípio da objetividade¹¹ na coleta dos dados avaliativos permanece no item. Isso quer dizer que a precisão técnica deve ser mantida, pois só assim é possível um diagnóstico preciso, com menor ambiguidade e menos sujeito a falhas da real situação de aprendizado de um

⁹ Psicometria é uma subárea da Psicologia relacionada às ciências exatas, principalmente a Estatística. Como mostra Pasquali (2013), sua definição consiste no conjunto de técnicas utilizadas para mensurar, de forma adequada e comprovada experimentalmente, um conjunto ou gama de comportamentos, ou construtos que não podem ser observados diretamente, com o intuito de obter informações sobre um determinado indivíduo.

¹⁰ Uma comunidade especializada compreende o conjunto de indivíduos que faz uso de uma linguagem propriamente atribuída a uma especialidade.

¹¹ O item é um instrumento objetivo, logo não deve haver possibilidade de interpretações subjetivas dos resultados. Nesse sentido, um item corresponde à avaliação de uma única habilidade cognitiva, de modo a aferir se o avaliando detém ou não a habilidade.

avaliando. Esse rigor técnico está relacionado tanto aos usos que são feitos das estruturas linguísticas, como também de outras estruturas formais que compõem esse gênero especializado.

Já é bastante aceita a ideia de que os gêneros do discurso possuem formas relativamente estáveis, como aponta Bakhtin (2003). No caso dos gêneros de especialidade, essa estabilidade é marcada por estruturas mais rígidas, menos sujeitas a variações. No caso do item, em sua composição geralmente há um “texto de suporte”, ou seja, um excerto de algum texto que tenha correlação direta com aquilo que será avaliado. Nas provas de redação do Enem, por exemplo, os chamados “textos motivadores” cumprem essa função. Nos itens fechados, também conhecidos como itens de múltipla escolha, o texto de suporte corresponde aos textos que ocorrem antes do comando.

Aliás, o comando é outra parte estrutural que faz do item um item. Sobre ele, talvez seja a parte principal do item, pois é por meio do comando que o avaliando recebe as instruções sobre como proceder para solucionar uma situação-problema. Essa instrução precisa ser suficientemente informativa, livre de “pegadinhas” que conduzam o avaliando ao erro ou ao acerto ao acaso. O comando, portanto, precisa estar isento de sentidos dúbios, de conceitos duvidosos, de uma linguagem que não seja condizente com os princípios da clareza e da objetividade. Finalmente, os itens possuem respostas, sejam elas criadas integralmente pelos avaliandos, sejam elas criadas pelos avaliadores e selecionadas, “escolhidas” pelos avaliandos.

Como se nota, a padronização é um fenômeno inerente ao item, motivo pelo qual desde sua elaboração até a sua efetiva aplicação na prova, ele passa por inúmeras leituras e, é claro, por várias revisões. Independentemente do formato que o item possa adquirir, as orientações técnicas são precisas, e recaem sobre os três elementos formais constituintes do gênero: texto de suporte, comando e alternativas de resposta (ANDERSON; MORGAN, 2008; INEP, 2010; LIMA, 2018).

Por exemplo, textos de suporte não devem ser demasiadamente longos, ou apresentar conteúdo incoerente com o que se pretende abordar. Textos com temas polêmicos e preconceituosos também devem ser evitados. Os comandos devem ser claros, sem expressões típicas da linguagem oral, e devem ser redigidos na norma padrão. Já as alternativas de resposta, no caso dos itens fechados, devem ser organizadas respeitando lógicas formais, que incluem os chamados paralelismo gramatical, relacionado a estruturas linguísticas; paralelismo de

conteúdo, relacionado a condições de verdade e plausibilidade das alternativas, e o paralelismo de extensão, que diz respeito ao tamanho das alternativas, em termos de quantidade de caracteres.

Os itens se dividem em três categorias: abertos, discursivos e fechados. A categoria de itens abertos contém os “itens de resposta fechada e os itens de resposta curta”. Neles, o avaliando é incitado a escrever uma resposta breve, como uma única palavra ou uma frase. É o avaliando quem decide o que oferece como resposta, ou mesmo se oferece alguma resposta. Já os itens discursivos contêm os “itens de redação” ou “itens de resposta escrita curta”. Nesses casos, o avaliando elabora sua resposta com textos mais extensos, como parágrafo ou diversos parágrafos, conforme ocorre com produções de texto. Finalmente os itens fechados contêm ao menos dez subtipos, também chamados de “itens de múltipla escolha”. No Enem, todos os anos, há nada menos que 180 itens fechados distribuídos em dois dias de provas, além de um item de redação.

2.1 O item no Enem: aspectos da padronização estrutural do gênero

Desde sua criação, o Enem conta com um item de redação e com itens de múltipla escolha, cuja quantidade sofreu alteração ao longo dos anos, para se adequar às novas exigências. Como posto, no conjunto de itens fechados, há dez subtipos, dos quais alguns nunca ocorreram no Enem. Três desses tipos têm ocorrido com frequência, o que lhes confere um caráter mais “popular”. São itens cujo formato frequenta exercícios escolares e outras atividades didáticas. São eles: item de afirmativa incompleta; de resposta única e de resposta múltipla¹².

2.1.1 Item de afirmação incompleta

Este tipo de item é definido pela presença de um comando que se constitui como uma afirmação incompleta (GROUNLUND, 1974; MEDEIROS, 1983). As alternativas de resposta constituem-se como as opções que completam a afirmativa iniciada no comando do item, como ilustra o exemplo da Figura 1, formado com oração gerundiva.

¹² Para conhecer os demais tipos de itens, recomenda-se a leitura de Lima (2018).

Figura 1 - Item de afirmação incompleta

QUESTÃO 05



NEVES, E. Engraxate. Disponível em: www.grafar.blogspot.com. Acesso em: 15 fev. 2013.

Considerando-se a dinâmica entre tecnologia e organização do trabalho, a representação contida no cartum é caracterizada pelo pessimismo em relação à

- ☒ A ideia de progresso.
- ☐ B concentração do capital.
- ☐ C noção de sustentabilidade.
- ☐ D organização dos sindicatos.
- ☐ E obsolescência dos equipamentos.

Nota: *Caderno Azul

Fonte: EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (2014, p. 3).

Na sua elaboração, alternativas de resposta de itens desse tipo devem ser redigidas com inicial minúscula, porque cada uma delas é, potencialmente, uma informação que completa o comando, em uma espécie de contínuo. As alternativas não são “informações novas”, mas informações que se adjuntam ao comando, formando um todo coerente.

2.1.2 Item de resposta única

A definição para esse tipo de item emana do seu comando, formado por uma interrogativa direta, com ponto de interrogação. Como defendem Osterlind (2004) e Lima (2019), trata-se de uma questão, como foi apontado no início desta seção. No exemplo da Figura 2, a oração gerundiva também está presente.

Figura 2 - Item de resposta única

QUESTÃO 47

O brasileiro consome em média 500 miligramas de cálcio por dia, quando a quantidade recomendada é o dobro. Uma alimentação balanceada é a melhor decisão para evitar problemas no futuro, como a osteoporose, uma doença que atinge os ossos. Ela se caracteriza pela diminuição substancial de massa óssea, tornando os ossos frágeis e mais suscetíveis a fraturas.

Disponível em: www.anvisa.gov.br. Acesso em: 1 ago. 2012 (adaptado).

Considerando-se o valor de $6 \times 10^{23} \text{ mol}^{-1}$ para a constante de Avogadro e a massa molar do cálcio igual a 40 g/mol, qual a quantidade mínima diária de átomos de cálcio a ser ingerida para que uma pessoa supra suas necessidades?

☐ A $7,5 \times 10^{21}$

☒ B $1,5 \times 10^{22}$

☐ C $7,5 \times 10^{23}$

☐ D $1,5 \times 10^{25}$

☐ E $4,8 \times 10^{25}$

Nota: *Caderno Azul

Fonte: EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (2013, p. 15).

Ao contrário do item de afirmação incompleta, as alternativas dos itens de resposta única devem ser escritas com inicial maiúscula. Aqui, cada alternativa se constitui como “informação independente”, como uma genuína resposta, com início, meio e fim, àquilo que foi questionado. Logo, há de se perceber dois “todos” coerentes em itens desse tipo: tanto o comando, que deve encerrar uma pergunta, quanto as alternativas, que formam um período.

2.1.3 Item de resposta múltipla

Esse tipo de item é definido a partir da estrutura de análise proposta ao avaliando. Nesse tipo, há a ocorrência do texto de suporte, sobre o qual são feitas “afirmações múltiplas”, normalmente marcadas por numerais romanos. Essas afirmações variam de três a cinco, e devem ser analisadas pelo avaliando, que julga quantas e quais delas são corretas (LIMA, 2019). Os comandos em itens desse tipo são pouco variáveis, predominando a estrutura: “Estão corretas as afirmações:”. O fenômeno investigado neste trabalho não foi encontrado em itens desse tipo, embora se reconheça a potencialidade dessa ocorrência. Seria algo

como se vê no suposto exemplo: Considerando-se as análises apresentadas, estão corretas as afirmações.

2.2 O item no Enem: aspectos da padronização linguística do gênero

O Enem é um exame que alcança uma quantidade expressiva de participantes em todas as partes do país. Para se ter uma ideia, no exame aplicado em 2019, participaram mais de cinco milhões de avaliandos. Criado em 1998, o Enem objetivava avaliar o desempenho dos estudantes ao final da escolaridade básica. Atualmente, o Enem é utilizado como critério de seleção a diferentes instituições de ensino superior, inclusive fora do Brasil. A prova é formada por itens escritos. Aliada à sua padronização estrutural de gênero, também a padronização gramatical deve ser preservada. A correção gramatical é um dos princípios basilares na elaboração dos itens. Como posto, o item pressupõe uma espécie de "autoria múltipla", devendo passar pelo crivo do revisor linguístico, para que se evitem desvios que descaracterizem a padronização do gênero.

O revisor linguístico, cujo trabalho se situa na última etapa de produção de cada item é, também, seu coautor, pois muitas vezes a revisão não depende de ajustes pontuais referentes, por exemplo, à ortografia, à concordância ou a algo similar. O revisor, não raramente, precisa reestruturar o item, o que não pode fazer sem a anuência do seu idealizador, porque isso pode interferir no seu conteúdo inicial. Assim, somente um especialista em Química saberá se a redação do comando de um item de Química não contém falhas conceituais quanto ao conteúdo ali presente.

Os antigos vestibulares que eram realizados pela instituição individualmente tinham suas próprias diretrizes (CASTRO, 2011). Por exemplo, o revisor final da prova (da área de Língua Portuguesa) trabalhava diretamente com os especialistas de outras áreas (elaboradores primários), até chegarem a um consenso a respeito dos impasses, que ocorriam por dois motivos: (i) não porque a redação inicial do elaborador contivesse desvios em relação à norma padrão do português, mas porque fugia do padrão de elaboração do gênero ou (ii) porque a elaboração escrita do item fugia às normas do português padrão, o que, nesse caso, pode se dar desde em um simples problema ortográfico até na elaboração sintática de uma frase.

3 Orações gerundivas: aspectos sintáticos e textuais

Na GT, os períodos compostos (frases constituídas por mais de uma oração correlacionadas por subordinação) são apresentados como um conjunto organizado de orações com verbos finitos (que sofrem flexão número-pessoal) ou podem conter também orações com verbo nas formas nominais, que são verbos nas formas de particípio, infinitivo ou gerúndio, o último caracterizando as orações gerundivas. A GT – ao contrário do que acontece, por exemplo, nas seções que tratam de concordância verbal ou nominal – não apresenta considerações explícitas sobre maneiras corretas versus incorretas de se elaborarem esses períodos, mas apresenta modelos de organização sintática que devem ser tomados como fórmulas prescritivas e os ilustra com exemplos próprios ou retirados de outras fontes, as quais, em geral, são obras literárias.

A GT apresenta a norma oficial entre várias que podem ser usadas pelos falantes do português. Essa norma oficial pode ser chamada de norma padrão, por mais indeterminado que seja esse termo. É importante notar a diferença existente entre português padrão (norma padrão) e português culto (norma culta), embora “padrão” e “culto” sejam quase sempre tomados como termos sinônimos por diferentes públicos.

Os estudos linguísticos já mostraram que, entre norma culta e norma padrão, nem sempre há coincidência, embora ambas se influenciem mutuamente. Sobre o assunto, Faraco (2008) tece discussões à luz do português brasileiro. Enumera alguns pontos que evidenciam diferenças entre ambas, como algumas regências verbais, concordâncias verbais e a colocação pronominal de um modo geral.

De forma simplificada, a norma culta é o conjunto de regras usadas pelos falantes cultos e a norma padrão é o conjunto de regras prescritas por instâncias referendadas socialmente, como as gramáticas. Definir uma e outra não é tarefa fácil, a começar pela dificuldade de se saber o que é um falante “culto” e de se saber que ou quem pode determinar as regras do padrão. O falante culto pode ser entendido inicialmente como um falante letrado, com bom nível de escolaridade, detentor de fácil acesso à informação, porém ter um título acadêmico não necessariamente significa ter facilidade para transitar no mundo da escrita e nos contextos formais de oralidade. Da mesma forma, o português padrão pode estar representado no Manual de Redação da Presidência da República, nas gramáticas

escolares, nas GT ou mesmo nos manuais de redação dos grandes jornais impressos. No caso dos jornais impressos de grande circulação, é interessante observar que eles passaram a ter seus próprios manuais de redação, um compêndio com instruções de escrita e de revisão a serem seguidas por seus redatores e revisores. Curiosamente, esses manuais são vendidos, até em bancas de jornal, a pessoas que não necessariamente pretendem trabalhar em um jornal, mas estudar o português. A GT, portanto, está sendo usada aqui como referencial da norma padrão, e não da norma culta.

Feitas essas observações, ressalta-se que, nas próximas seções, serão focalizados os seguintes pontos: (i) relação existente entre a organização de períodos com gerundivas e aspectos textuais, como clareza; (ii) revisão sucinta das regras prescritas pela GT para a organização de períodos compostos por orações subordinadas adverbiais reduzidas de gerúndio; (iii) descrição e análise dos itens do Enem que contenham exemplos desses períodos. A escolha desse período se deu pelo fato de, em 2010, ter ocorrido, na prova, uma quantidade notável de gerundivas usadas fora do padrão. Como há uma tendência a, com o passar do tempo, os processos serem aprimorados, julgou-se pertinente investigar os anos subsequentes, no total de uma década. Está claro, portanto, que estão sendo tratadas especificamente as orações gerundivas que desempenham função adverbial, estando excluídas aquelas que desempenham função adjetiva ou substantiva.

3.1 Clareza versus ambiguidade no uso de orações adverbiais gerundivas

Antes de discutir o que a GT prescreve para esse tipo de período sintático, serão apresentadas algumas considerações retiradas de uma obra de redação já clássica: o livro Comunicação em prosa moderna, de Othon Moacir Garcia, cuja primeira edição se deu em 1967 – obra clássica, porém utilizada como referência até os dias atuais em vários manuais voltados à produção textual. Em seu clássico manual de redação, Garcia (1992, p. 285) defende que, “em princípio, pelo menos, não havendo explicitação, o sujeito de uma oração reduzida de gerúndio ou de infinitivo é o mesmo da sua principal ou o da principal do período”. Um dos exemplos dados pelo Garcia (1992, p. 284) para ilustrar sua fala é “Saindo de casa,

a porta fechou-se com ímpeto", em que, segundo ele, o único sujeito gramatical possível para "saindo" é "a porta", sujeito da oração principal.

Pode-se, é claro, refutar o ponto de vista do autor, alegando-se que qualquer leitor ou ouvinte do exemplo proposto rejeitaria essa interpretação, uma vez que "a porta" é um sujeito incompatível para o verbo "sair"; em outras palavras, há a compreensão de que portas não saem. Embora seja fácil refutar a atribuição do sujeito gramatical do gerúndio à expressão "a porta", cabe indagar se a construção sintática, tal como se encontra, é orientada e referendada pela GT. Essa questão será tratada nas seções seguintes. Por ora, embora não se veja, no caso desse exemplo específico, nenhum tipo de ambiguidade, haverá exemplos em que o mesmo tipo de construção sintática gerará, sim, ambiguidade ou pelo menos falta de clareza, como em (1), onde o sujeito de "agindo" seria "o servidor", mesmo sujeito da oração principal, mas poderia ser também "o chefe", a depender da situação, que não necessariamente estará clara no contexto:

(1) Agindo de forma abusiva, o servidor foi afastado pelo chefe.

Há ainda um outro tipo de ambiguidade como o presente no exemplo (2), no qual não se sabe se a gerundiva tem valor temporal ou condicional:

(2) Saindo meu salário, pagarei finalmente minhas dívidas.

Como distinguir com precisão os casos "aceitáveis" para esse tipo de elaboração sintática do período dos casos "inaceitáveis"? Em outras palavras, como medir o grau de comprometimento da clareza que esse tipo de período sintático pode causar?

O leitor ou ouvinte de estruturas semelhantes possivelmente busca, no contexto situacional, os elementos necessários à interpretação, percebendo como distintos os sujeitos das orações gerundivas e os das suas orações principais e selecionando qual é o sentido da gerundiva mais adequado entre os demais ao contexto específico. Uma vez que fatores semânticos e pragmáticos¹³ podem facilitar a aceitabilidade desse tipo de período, a ambiguidade pode se desfazer no contexto. Ainda assim, o uso ou não da estrutura gerundiva tida inicialmente como

¹³ O aspecto pragmático da linguagem "concerne às características de sua utilização (motivações psicológicas dos falantes, reações dos interlocutores, tipos socializados na fala, objeto da fala, etc.)" (DUBOIS; GIACOMO; GUESPIN; MARCELLESI; MARCELLESI; MEVEL, 1978, p. 480).

ambígua pelos manuais citados deve ser sempre uma escolha consciente do revisor. Pretende-se, com este texto, propiciar a escolha mais consciente por uma ou outra estrutura sintática.

3.2 O que prescreve a GT do português sobre as orações adverbiais gerundivas?

Nesta seção, será mostrado o que algumas GT que são referência do português dizem sobre o assunto.

3.2.1 Os exemplos de Cunha e Cintra (1985)

Cunha e Cintra (1985, p. 599-600) defendem que as orações subordinadas adverbiais reduzidas de gerúndio são, em sua maioria, temporais, como em:

- (3) “Passando hoje pela porta do meu compadre José Amaro, ele me convidou para tomar conta de sua causa.”

Nesse exemplo (3), o sujeito da gerundiva não pode ser interpretado como o mesmo sujeito da oração principal. Essa possibilidade é pragmaticamente descartada: não foi ele (José Amaro), que “passou hoje pela porta”. Os autores citam ainda três exemplos de adverbiais gerundivas – não temporais, no caso:

- (4) “Pressentindo que as suas intenções haviam sido adivinhadas, Macedo tentou minorar a situação.”

Já nesse caso (4), é possível atribuir o mesmo sujeito às duas orações: tanto a gerundiva quanto a principal referem-se a “Macedo”. Outro exemplo:

- (5) “Aqui mesmo, ainda não sendo padre, se quiser florear com outros rapazes, e não souber, há de queixar-se de você, Mana Glória.”

Também aqui no exemplo (5) o sujeito da oração principal corresponde ao sujeito da gerundiva: “ele” há de queixar-se de você, mesmo que “ele” não seja padre. Finalmente, os autores apresentam o exemplo:

- (6) “Pensando bem, tudo aquilo era muito estranho.”

Também aqui (6) há o entendimento de sujeitos distintos para as duas orações. O termo “tudo aquilo” é o sujeito da oração principal que, definitivamente, não corresponde ao sujeito da gerundiva.

3.2.2 Os exemplos de Rocha Lima (1994)

Já Rocha Lima (1994, p. 276-284) apresenta os seguintes exemplos para orações adverbiais reduzidas de gerúndio:

- (7) "Conhecendo o seu passado, confio no seu futuro."
- (8) "Não sendo médico, ele faz, todavia, curas milagrosas."
- (9) "Desaparecendo (em desaparecendo) a causa, cessará o efeito."
- (10) "Chegando (em chegando) o inverno, a cigarra bateu à porta da formiga."

Do ponto de vista semântico, alguns exemplos de Rocha Lima são ambíguos: e (9), por exemplo, o desaparecimento da causa poderá ser a condição ou o tempo de cessar o efeito. Em todos eles, é possível ou retomar seu sujeito a partir da oração principal, no caso de (7) e (8), ou reconhecer um sujeito próprio para a gerundiva, no caso de (9) e (10).

3.2.3 Os exemplos de Bechara (1999)

Bechara (1999, p. 523-524), ao tratar das orações adverbiais reduzidas de gerúndio, afirma que elas podem equivaler a:

- (11) Uma oração causal ("*Vendo este os seus maltratados, mandou disparar algumas bombardas contra os espingardeiros*"). O sujeito de "vendo" é "este".
- (12) Uma oração consecutiva ("*Isto acendeu por tal modo os ânimos dos soldados, que sem mandado, nem ordem de peleja, deram no arraial do infante, rompendo-o por muitas partes*"). O sujeito de "rompendo" deve ser recuperado na oração "deram no arraial do infante", sem nenhum prejuízo para a semântica do período, ou seja, o sujeito "os soldados", tanto quanto se encontra elíptico na oração do verbo "deram", encontra-se elíptico também na oração do verbo "rompendo".
- (13) Uma oração concessiva ("*Tendo mais do que imaginavam não socorreu os irmãos*"). O sujeito de "tendo" deve ser recuperado cataforicamente na oração do verbo "socorreu", na qual se encontra elíptico, e essa recuperação sintática, como no exemplo anterior, corresponde, de fato, ao sentido da frase.

- (14) Uma oração condicional (*"Tendo livres as mãos, poderia fugir do cativeiro"*). O sujeito de "tendo" é o mesmo de "poderia", ou seja, a recuperação sintática corresponde à semântica da frase.
- (15) Uma oração que denota modo, meio, instrumento (*"Um homem agigantado e de fera catadura saiu da choupana murmurando sons mal articulados"* e *"E não os (destinos) podia realizar senão ceifando cidades em lugar de farragiais, e enfeixando com mão robusta povos"*). No primeiro exemplo, o sujeito de "murmurando" é o mesmo de "saiu": "um homem agigantado e de fera catadura", de forma que a recuperação sintática do elemento corresponde à semântica da frase. No segundo exemplo, o sujeito de "ceifando" e de "enfeixando" é o mesmo de "podia", que, no caso se encontra elíptico. Também aqui a recuperação sintática corresponde à recuperação semântica do elemento.
- (16) Uma oração temporal (*"El-rei, quando o mancebo o cumprimentou pela última vez, sorriu-se e disse voltando-se: Por que virá o conde quase de luto à festa?"*). O sujeito de "voltando-se" é, tanto do ponto de vista sintático quanto do ponto de vista semântico, o mesmo da oração principal: "El-rei".

Com relação aos exemplos de Bechara (1999), cabem algumas considerações. Tendo-se em vista a escolha das frases com orações de sujeito elíptico, a leitura delas poderia ter ficado prejudicada. Trata-se de um problema recorrente na GT: a escolha de exemplos que oferecem dificuldade de leitura, principalmente por estarem descontextualizados para o leitor da gramática. Em todos os exemplos em que foi necessário recuperar o sujeito da gerundiva a partir do sujeito da oração principal, não há, no entanto, nada que sinalize haver algum impedimento semântico para esse tipo de recuperação sintática. Em outras palavras, em nenhum dos exemplos surgiu a incoerência que teria havido no exemplo "Saindo de casa, a porta fechou-se com ímpeto" de Garcia (1992, p. 284), no qual, do ponto de vista semântico, seria inviável atribuir a expressão "a porta" ao sujeito de "saindo".

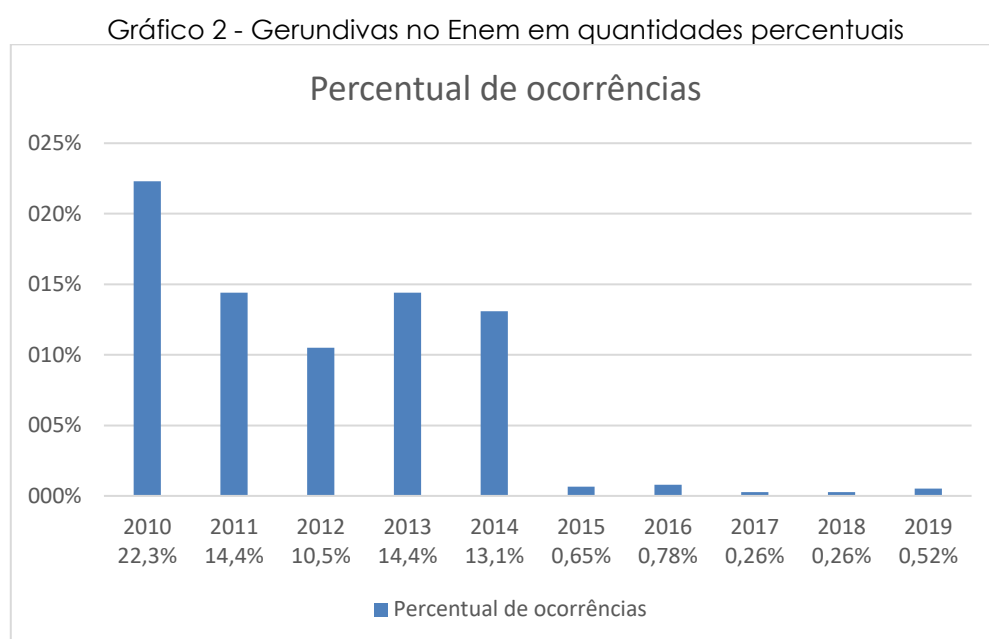
3.3 Considerações sobre os exemplos dados

Como se viu, a maioria dos exemplos encontrados nas gramáticas consultadas corrobora a formulação de Garcia (1992), pois, com exceção de duas ocorrências,

em todas as demais ou se pode recuperar o sujeito da gerundiva a partir da oração principal, sem que isso cause um estranhamento semântico, ou a gerundiva tem sujeito próprio.

4. O uso das adverbiais gerundivas em questões do Enem

O interesse em comparar os últimos 10 anos quanto ao uso desse tipo de estrutura sintática surgiu para que se percebesse se houve ou não oscilação quantitativa. O Gráfico 2 apresenta as ocorrências em termos percentuais permitindo uma percepção panorâmica do fenômeno investigado.



Fonte: Os autores (2020).

A diferença é notável. Uma vez que os itens de todos esses anos foram tirados do BNI, podem-se criar hipóteses explicativas para a diferença, como a de que, nos últimos cinco anos, tenha havido uma maior intervenção por parte dos revisores de português na redação final das provas. Qualquer hipótese só poderia ser confirmada ou refutada pelo próprio Inep, mas, independentemente disso, fica claro o tratamento diferente que a estrutura sintática com gerundiva recebe ao longo dos anos comparados.

4.1 Problemas e soluções gramaticais na elaboração de comandos de itens com presença de orações gerundivas

Ao longo do intervalo de tempo analisado, três verbos foram encontrados nas orações gerundivas dos comandos das provas: **analisar**, **considerar** e **levar**. As diferenças no uso deles, a começar pela quantitativa, não são o foco deste artigo, mas a Tabela 1, ainda assim, mostra a preponderância do verbo “considerar”, o que indica uma estreita relação entre essa seleção lexical e o gênero especializado item.

Tabela 1 - Ocorrência de gerundivas quanto aos verbos

Edição do Enem	VERBOS		
	Analisar	Considerar	Levar
2010	1	14	2
2011	0	11	0
2012	0	7	1
2013	2	9	0
2014	0	8	2
2015	0	5	0
2016	1	5	0
2017	0	2	0
2018	0	2	0
2019	0	4	0

Fonte: Os autores (2020).

Há outros pontos ainda que poderão ser discutidos em trabalhos posteriores como o fato de, em apenas duas ocorrências, a gerundiva estar ao final do período e não no início, o que indica haver uma relação semântica regular entre a oração gerundiva e a principal, o que também poderá ser explorado em outro trabalho.

O ponto importante é a questão gramatical já delineada anteriormente e sobre a qual se tratará a seguir. Para que se entenda como a revisão final de português pode afetar o comando, serão tratados três tipos diferentes de ocorrências das gerundivas: (i) gerundivas em frases interrogativas diretas; (ii) gerundivas sem sujeito próprio e (iii) gerundivas com sujeito passivo. Destaque-se que, nos comandos com gerundivas, elas estão, quase na totalidade dos dados, presentes no início da frase, embora a GT aceite que possam ser colocadas em posição posterior à da oração principal.

4.1.1 Gerundivas em comandos formados por interrogativas diretas

Aqui se está tratando de exemplos como:

- (17) “Considerando o comportamento atípico desse metamaterial, qual é a figura que representa a refração da luz ao passar do ar para esse meio?” (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, 2010, p. 26).

Essa é uma estrutura recorrente em provas e com ela os estudantes se acostumam ao longo de toda a sua trajetória escolar. Do ponto de vista semântico, fica claro que quem considera a informação dada é o candidato e que, a partir dessa consideração, ele deverá responder à questão apresentada. Do ponto de vista estritamente sintático, por outro lado, tem-se aí algo a ser, pelo menos, observado pelo revisor: o sujeito semântico desse “considerando” não aparece marcado sintaticamente em nenhum ponto da frase. “O comportamento atípico desse metamaterial” é o complemento verbal (objeto direto) de “considerando”; o sujeito da oração principal é o pronome interrogativo “qual”; não há, portanto, um sujeito gramatical explícito na frase. Ainda assim, dificilmente um especialista veria empecilho para que esse tipo de frase continue sendo usado nas provas, como sempre foi na tradição escolar. As mesmas observações cabem na análise do seguinte exemplo também:

- (18) “Considerando a estratégia metodológica descrita, qual organela celular poderia ser utilizada para a inserção de transgenes em leveduras?” (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, 2013, p. 21).

O sujeito de “considerando” não pode ser o mesmo da oração principal (“qual organela celular”), tampouco pode ser “a estratégia metodológica descrita”, que é o complemento verbal de “considerando”. Portanto, não há um sujeito gramatical explícito para a gerundiva. Há apenas um sujeito semântico: o candidato, obviamente.

Observe-se que, entre os exemplos da GT reproduzidos na subseção 3.2, não constam frases interrogativas. A GT, em geral, usa frases declarativas para exemplificar suas regras e suas propostas de análises.

4.1.2 Gerundivas sem sujeito próprio em comandos declarativos incompletos

Veja-se o exemplo:

- (19) “Considerando os seus conhecimentos sobre os gêneros textuais, o texto citado constitui-se de” (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, 2010, p. 12).

Acima, “os seus conhecimentos sobre gêneros textuais” é o complemento verbal de “considerando”; “o texto citado” é o sujeito de “constitui-se de”, que será complementado por uma das opções dadas, e, sendo assim, o sujeito da oração principal não pode ser usado como o sujeito não expresso do verbo “considerando”, pois a frase ficaria sem sentido plausível. Mais uma vez, o sujeito semântico é o candidato, o que se reforça pelo pronome “seus”, porém não se trata de um sujeito explícito e recortável da frase. Em (20), tem-se a mesma situação:

- (20) “Considerando somente as informações contidas no quadro, o combustível que apresenta o maior custo por quilômetro rodado é o(a)” (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, 2016, p. 28).

Acima, o sujeito de “considerando” não está presente na mesma oração nem na posterior, cujo sujeito gramatical é “o combustível”.

4.1.3 Gerundivas com partícula “se” apassivadora

Aqui serão tratados os casos em que aparece, na gerundiva, um pronome “se” apassivador¹⁴, como em:

- (21) “Considerando-se o posicionamento do autor do fragmento a respeito de comportamentos humanos, o texto” (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, 2010, p. 12).

Acima, “o texto” é o sujeito do verbo presente na opção correta. Já o sujeito de “considerando” é “o posicionamento do autor do fragmento a respeito de comportamentos humanos”, já que o pronome “se”, no caso, é partícula apassivadora, que transforma o segmento que inicialmente era complemento verbal em sujeito.

Assim se explica essa análise, de acordo com a nota de rodapé de número 10: na voz ativa, “o posicionamento do autor do fragmento a respeito de comportamentos humanos” seria o objeto direto do verbo “considerar”, em uma

¹⁴ Bechara (1999, p. 286-287) apresenta um esquema para a passagem da voz ativa para a passiva: “1º) o sujeito da ativa, se houver, passa a agente da passiva; 2º) o objeto direto da ativa, se houver, passa a sujeito da passiva; 3º) o verbo da voz ativa passa para a voz passiva, conservando-se o mesmo tempo e modo; 4º) não sofrem alteração outros termos oracionais que apareçam”. O autor destaca que somente verbos transitivos diretos podem passar por esse processo.

frase hipotética como: o candidato considerou o posicionamento do autor do fragmento a respeito de comportamentos humanos. Sendo assim, na voz passiva, a partir do uso da partícula apassivadora “se”, esse objeto se torna sujeito gramatical do verbo transitivo direto. E, na GT, sujeito, como destaca Bechara (1999, p. 410), “é uma noção gramatical, e não semântica”.

Aqui, então, diferentemente do que ocorreu nos exemplos de (17) a (20), se tem um exemplo elaborado de acordo com modelos sintáticos encontrados na GT, e de acordo também com os critérios de elaboração propostos por Garcia (1992). Ao leitor comum, pode parecer estranho que um simples “se” faça a adequação do período sintático ao português padrão, mas a razão disso é mais complexa, conforme se está explicitando aqui. Em (22), ocorre o mesmo processo de apassivação:

- (22) “Levando-se em consideração que a vida é comumente metaforizada como uma viagem, esses verbos indicam que o autor” (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, 2014, p. 3).

Acima, “que a vida é comumente metaforizada como uma viagem” é o sujeito oracional de “levando”, enquanto “esses verbos” é o sujeito de “indicam”, na oração principal.

O tipo de comando tratado nesta subseção está referenciado na GT, apesar do distanciamento existente entre a prescrição gramatical e o conhecimento intuitivo do falante sobre a questão. Não por acaso a passagem da voz ativa para a passiva gera muitas críticas à GT. Em exemplos como “Alugam-se apartamentos”, o verbo fica no plural em função da regra descrita acima, segundo a qual “apartamentos” é o sujeito de “alugam”. A despeito das críticas que um revisor possa fazer a essas regras, são elas que ele deve seguir, até que venham a ser alteradas com o tempo, como já ocorreu com tantas outras, alteradas ou abolidas devido à falta de aplicabilidade.

5 Considerações finais

Com este texto, de caráter interdisciplinar, comprovou-se que, ao longo de dez anos, houve uma diminuição visível no uso das gerundivas como orações subordinadas nos comandos das provas analisadas.

É curioso que os problemas apontados em 4.1.2 persistiram até o ano de 2019, como no exemplo (20), ou seja, o uso das gerundivas caiu quantitativamente, mas, do ponto de vista qualitativo, permaneceu com problemas quanto à GT. Aqui se tem um ponto a ser investigado oportunamente e, neste caso, é preciso buscar um canal de comunicação com o Inep para se obter informações necessárias a uma maior compreensão do fenômeno focado neste artigo.

Frise-se que, do ponto de vista técnico-avaliativo, não há problemas decorrentes do uso destoante da GT, pois, como se viu, em todas as gerundivas citadas, o caráter comunicativo não foi prejudicado, uma vez que qualquer candidato é capaz de entender o comando. Aliás, o desvio da GT pode até ter tido, em alguns casos, efeito positivo no caráter comunicativo do item.

Entende-se, todavia, que o revisor deve fazer escolhas que tornem o texto da prova o mais legível possível pelo candidato, mas não pode fugir às regras conhecidas como sendo as do português padrão, cuja maior referência consensual é a GT. Ele pode seguir um manual com regras específicas. Os jornais de grande circulação, por exemplo, dispõem desses manuais, que são divulgados em publicações próprias, mas não consta nada parecido no Inep. A criação de um manual contendo as diretrizes seguidas pelo instituto quanto aos aspectos técnico-linguísticos seria muito importante não apenas para os educadores que preparam estudantes para a realização do Enem, mas também para todos os profissionais que trabalham com itens e com elaboração de provas em geral.

O fato de não escrever com obediência total à norma padrão, o que foi constatado nos muitos exemplos expostos, não desmerece ou desqualifica o elaborador de itens do BNI, que tem outras habilidades acadêmicas, inclusive linguístico-discursivas. Justamente porque a escrita nos moldes prescritos pela GT cabe aos revisores de texto, em uma etapa posterior à da elaboração, a fuga à norma padrão aqui apontada não desmerece o trabalho dos elaboradores e revisores científicos. Na verdade, nem o trabalho dos revisores dos aspectos linguísticos foi posta em contestação neste artigo. A eles, porém, ainda parecem faltar determinações claras sobre o que fazer, de forma consciente, com o uso da gerundiva descrito nas seções anteriores. Determinar diretrizes nesse sentido e publicizá-las seria importante para todos os profissionais que trabalham, em diferentes instâncias, com a elaboração de provas.

Da mesma forma que este artigo se assenta sobre uma visão do item como gênero do discurso especializado, pode-se criar a hipótese de que os comandos dos itens sejam formulados a partir de alguns modelos sintáticos específicos – como gerundiva adverbial seguida de oração principal –, que, embora sejam frequentes também em outros gêneros, assumem, nos itens, a hegemonia sobre outros modelos que poderiam ser usados, mas não o são.

Além da descrição e análise de um fato linguístico presente nas provas do Enem de 2010 a 2019, foi proposto, por meio deste texto, um conjunto de reflexões que poderão nortear novos trabalhos acadêmicos em diversos âmbitos da Linguística, do Ensino e da Psicometria.

Referências

- ANDERSON, P.; MORGAN, G. *Developing tests and questionnaires for a national assessment of educational achievement*. Washington, DC: Banco Mundial, 2008.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CASTRO, C. M. Avaliar não é para amadores. In: SOUZA, A. M. (org.). *Dimensões da avaliação educacional*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 246-258.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J. B.; MEVEL, J. P. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2010]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2011]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2012]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2013]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2014]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2015]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2016]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2017]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2018]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (Brasil). Provas e gabaritos [2019]. In: INEP. *Educação básica*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FEIN, M. *Test development: fundamentals for certification and evaluation*. Alexandria: ASTD Press, 2012.

FINATTO, M. J.; ZÍLIO, L. (org.). *Textos e termos para Lothar Hoffmann: um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas*. Porto Alegre: FAPERGS, 2015.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 15. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

GROUNLUND, N. *A elaboração de testes de aproveitamento escolar*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1974.

HALADYNA, T. M. *Developing and validating multiple-choice test items*. 3. ed. New York: Routledge, 2004.

INEP. *Guia de elaboração e revisão de itens*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

LIMA, B. de A. F. de. *Item de avaliação de múltipla escolha: um estudo na perspectiva da linguística das linguagens especializadas*. Orientadora: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. 2018. 241 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LIMA, B. de A. F. de. A linguagem do item avaliativo: do gênero ao léxico. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 116-131, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/14136/209209212964>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MEDEIROS, E. B. *Provas objetivas, discursivas, orais e práticas: técnicas de construção*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

OSTERLIND, S. J. *Constructing test items: multiple-choice, constructed-response, performance, and other formats*. 2. ed. New York: Kluwer Academic Publishers, 2004.

PASQUALI, L. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

URBINA, S. *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: História crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.